
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (DCASP)

1 INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 *Natureza Jurídica da entidade:*** Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, administração pública municipal, com personalidade jurídica, dotada de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sobre o número 83.102.285/0001-07;
- 1.2 *Domicílio:*** Estabelecido na Rua Dinamarca, 320, Bairro Das Nações, na cidade de Balneário Camboriú, Santa Catarina;
- 1.3 *Natureza das operações e principais atividades da entidade:*** Regida pela Lei Orgânica do Município aprovada em 03 de abril de 1990, tem como objetivos fundamentais assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento local e regional, contribuir para o desenvolvimento estadual ou nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- 1.1 *Declaração de conformidade:*** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, observou ainda o elenco de contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina bem como

todas as determinações impostas pelo mesmo, Portarias, Manual e IPCs da Secretaria do Tesouro Nacional, de forma parcial as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16), conforme Decreto Municipal n.º 7.614/2014 que dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados, que poderá ser revisto no exercício de 2016 para ser harmonizado com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais aprovado pela Portaria STN n.º 548/2015. As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Administração Direta e Indireta é composta pela seguintes entidades:

- a) Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú
- b) Fundação Cultural de Balneário Camboriú
- c) Fundação Municipal de Esportes
- d) Fundo Municipal de Assistência à Saúde do Servidor Público
- e) Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros de Balneário Camboriú
- f) Fundo Municipal de Assistência Social
- g) Fundo Municipal de Saúde
- h) Fundo Municipal de Trânsito
- i) Fundo Municipal de Turismo
- j) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor
- k) Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente
- l) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- m) Fundo Municipal do Bem Estar Social
- n) Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Balneário Camboriú
- o) Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú
- p) Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

2.1 *Base de mensuração utilizada:* Os ativos e passivos integrantes do patrimônio público apresentados nas demonstrações contábeis têm por base o custo histórico das transações.

2.2 *Novas normas e políticas contábeis:* As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, incluindo as orientações emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e os padrões estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão este responsável pela padronização das contas em nível nacional.

Criação de comissão municipal de levantamento e avaliação dos bens móveis para a produção de relatório e avaliação inicial e posterior “Ajustes de exercícios anteriores” na conta do ativo imobilizado, conforme demanda a regra.

Conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina as operações Intra-Orçamentárias não serão excluídas no preparo das DCASP do exercício de 2015.

Os restos a pagar não processados advindos do exercício de 2014 foram baixados do passivo financeiro em contrapartida do patrimônio líquido em contas de “Ajuste de exercícios anteriores” como uma mudança da política contábil.

A partir do exercício de 2015 as demonstrações contábeis apresentarão colunas para valores do exercício anterior e exercício atual a fim de possibilitar comparações aos usuários.

Estas são as primeiras demonstrações contábeis apresentadas de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) pela entidade.

2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

- 2.3.1 Em relação aos procedimentos contábeis abrangidos pela Portaria STN nº 828/2011, o município editou os seguintes Decretos: nº 6520, de 28/03/2012, nº 6848 de 07/12/2012, nº 6961 de 01/04/2013 e nº 7614 de 03/12/2014, no sentido de estabelecer prazos para a adoção dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.
- 2.3.2 A entidade registrou e evidenciou os créditos a receber, quando possível, seguindo parcialmente o regime de competência.
- 2.3.3 A dívida ativa bem como sua movimentação, incluindo os respectivos ajustes para perdas, foram reconhecidos, mensurados, evidenciados durante o exercício, também de forma parcial.
- 2.3.4 O reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e apropriações de férias, décimo terceiro salário e encargos incidentes sobre os mesmos foram registrados no decorrer do exercício, atendendo parcialmente o regime de competência.
- 2.3.5 O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangível está previsto e em implantação de acordo com Decreto Municipal n.º 7.614/2014.
- 2.3.6 O registro de fenômenos econômicos, independente ou não da execução orçamentária, está previsto e em implantação de acordo com Decreto Municipal n.º 7.621/2014.
- 2.3.7 O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura não foram normatizados pelo Município de Balneário Camboriú até o encerramento do exercício de 2015 e não foi implantado.
- 2.3.8 A implementação do Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) não foi normatizada pelo Município de Balneário Camboriú até o encerramento do exercício de 2015 e não foi implantado.
- 2.3.9 A aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para consolidação das contas nacionais, foi implementada integralmente no exercício de 2015.
- 2.3.10 A implantação de controle de estoque/almoxarifado foi normatizada pelo Município de Balneário Camboriú e não foi implantado até o encerramento do exercício de 2015.
- 2.3.11 Excepcionalmente no exercício de 2015 as demonstrações contábeis não apresentarão valores na coluna de exercícios anteriores por ser o primeiro ano do modelo das DCASP

3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES DE SUPORTE

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) serão elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964 atualizadas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) e são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei n.º 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar n.º 101/2000, as quais são:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), e
- g) Notas Explicativas.

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei n.º 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

3.1 Balanço Orçamentário (Anexo 12)

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária e é composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e

c) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

No Quadro Principal, são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Segue abaixo resumo do resultado apurados

Quadro 1 – Receitas e Despesas

RECEITAS		DESPESAS	
Prevista	631.158.093,34	Prevista	790.566.536,50
Realizada	637.067.349,00	Realizada	560.991.056,07
Resultado	5.909.255,66	Resultado	229.575.480,43

No exercício foram realizados 100,94% das previsões de receita e 70,96% do orçamento das despesas devidamente atualizados, demonstrando equilíbrio entre receitas e despesas realizadas. O quadro demonstra ainda que o resultado orçamentário apurado no exercício de 2015 foi superavitário na importância de R\$ 76.076.292,93, resultante da diferença entre a execução orçamentária da receita e despesa (R\$ 637.067.349,00 – R\$ 560.991.056,07).

Durante o exercício o município realizou alterações orçamentárias diversas, devidamente previstas na LOA ou autorizadas durante o exercício pelo Poder Legislativo através de leis específicas, que modificaram os valores inicialmente previstos de despesas de R\$ 631.158.093,34 para R\$ 790.566.536,50, importante uma diferença de R\$ 159.408.443,16, oriundos de excessos de arrecadação, superávit financeiro e transferência de dotações entre entidades por anulação parcial ou total, todos em conformidade com art. 40 a 46 da Lei 4.320/64. Abaixo segue relação dos decretos de alterações orçamentárias utilizados no exercício, pelas diversas entidades que compõem esta demonstração:

Quadro 2 – Alterações Orçamentárias

Decreto	Data	Tipo	Suplementação	Redução
7655	20/01/2016	Anulação de Despesa	6.000,00	-6.000,00
7660	22/01/2015	Superávit Financeiro	2.200.000,00	-
7667	02/02/2015	Superávit Financeiro	131.051,54	-
7671	06/02/2015	Superávit Financeiro	170.446,68	-
7678	13/02/2015	Superávit Financeiro	224.582,43	-
7680	23/02/2016	Superávit Financeiro	2.310,10	-
7681	23/02/2015	Superávit Financeiro	2.757.000,00	-
7685	25/02/2016	Superávit Financeiro	285.539,80	-
7689	27/02/2015	Superávit Financeiro	4.000.000,00	-
7690	03/03/2015	Superávit Financeiro	500.000,00	-
7692	06/03/2015	Superávit Financeiro	30.000,00	-
7693	06/03/2015	Anulação de Despesa	1.220.420,00	-1.220.420,00
7697	12/03/2015	Anulação de Despesa	21.500,00	-21.500,00
7698	13/03/2015	Superávit Financeiro	2.080.000,00	-



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

7699	13/03/2015	Superávit Financeiro	600.000,00	-
7705	18/03/2016	Anulação de Despesa	515.000,00	-515.000,00
7707	24/03/2015	Anulação de Despesa	2.400,00	-2.400,00
7710	25/03/2015	Superávit Financeiro	1.220.961,41	-
7711	27/03/2015	Superávit Financeiro	80.000,00	-
7713	01/04/2015	Superávit Financeiro	5.000,00	-
7717	07/04/2015	Anulação de Despesa	65.000,00	-65.000,00
7718	09/04/2015	Superávit Financeiro	4.388.675,48	-
7721	13/04/2015	Superávit Financeiro	420.000,00	-
7723	15/04/2015	Superávit Financeiro	190.000,00	-
7724	17/04/2015	Superávit Financeiro	3.295.193,18	-
7730	24/04/2015	Anulação de Despesa	20.000,00	-20.000,00
7734	29/04/2015	Superávit Financeiro	50.000,00	-
7736	29/04/2015	Anulação de Despesa	10.000,00	-10.000,00
7741	06/05/2015	Superávit Financeiro	50.000,00	-
7743	08/05/2015	Superávit Financeiro	1.298.405,00	-
7744	13/05/2015	Superávit Financeiro	403.875,12	-
7748	15/05/2015	Superávit Financeiro	548.000,00	-
7750	18/05/2015	Anulação de Despesa	1.000,00	-1.000,00
7756	19/05/2015	Superávit Financeiro	879.395,00	-
7757	20/05/2015	Anulação de Despesa	5.000,00	-5.000,00
7761	26/05/2015	Superávit Financeiro	27.550,00	-
7763	26/05/2015	Superávit Financeiro	133.000,00	-
7765	28/05/2015	Superávit Financeiro	145.000,00	-
7771	01/06/2015	Anulação de Despesa	25.000,00	-25.000,00
7774	02/06/2015	Superávit Financeiro	279.895,12	-
7777	09/06/2015	Anulação de Despesa	16.000,00	-16.000,00
7778	09/06/2015	Superávit Financeiro	1.000.000,00	-
7780	11/06/2015	Superávit Financeiro	70.000,00	-
7785	15/06/2015	Anulação de Despesa	40.593,60	-40.593,60
7786	15/06/2015	Superávit Financeiro	388.169,83	-
7788	16/06/2015	Superávit Financeiro	174.276,92	-
7789	18/06/2015	Anulação de Despesa	700,00	-700,00
7791	18/06/2015	Superávit Financeiro	4.184.000,00	-
7792	18/06/2015	Superávit Financeiro	12.512,74	-
7793	22/06/2015	Anulação de Despesa	114.205,00	-114.205,00
7794	22/06/2015	Superávit Financeiro	321.000,00	-
7795	23/06/2015	Superávit Financeiro	50.000,00	-
7796	23/06/2015	Excesso de Arrecadação	38.000.000,00	-
7797	23/06/2015	Superávit Financeiro	2.750.000,00	-
7799	24/06/2015	Anulação de Despesa	80.000,00	-80.000,00
7802	26/06/2015	Anulação de Despesa	87.209,00	-87.209,00
7804	26/06/2015	Superávit Financeiro	47.558,86	-
7806	30/06/2015	Anulação de Despesa	4.000,00	-4.000,00
7809	02/07/2015	Superávit Financeiro	300.000,00	-
7810	03/07/2015	Superávit Financeiro	542.000,00	-
7811	07/07/2015	Anulação de Despesa	14.119,06	-14.119,06
7812	07/07/2015	Superávit Financeiro	5.000,00	-
7814	09/07/2015	Superávit Financeiro	50.000,00	-
7815	10/07/2015	Superávit Financeiro	1.185.000,00	-
7820	15/07/2015	Superávit Financeiro	558.000,00	-
7822	17/07/2015	Superávit Financeiro	920.000,00	-
7825	22/07/2015	Superávit Financeiro	120.127,22	-
7826	23/07/2015	Excesso de Arrecadação	1.480.000,00	-
7828	24/07/2015	Anulação de Despesa	1.172.515,00	-1.172.515,00
7829	24/07/2015	Superávit Financeiro	1.876.700,00	-
7830	24/07/2015	Anulação de Despesa	50.000,00	-50.000,00
7832	27/07/2015	Anulação de Despesa	15.000,00	-15.000,00
7833	28/07/2015	Excesso de Arrecadação	3.450.000,00	-
7835	29/07/2015	Superávit Financeiro	251.696,68	-
7837	29/07/2015	Superávit Financeiro	8.600.000,00	-
7839	31/07/2015	Excesso de Arrecadação	744.000,00	-
7840	31/07/2015	Superávit Financeiro	33.875,20	-
7843	04/08/2015	Anulação de Despesa	144.083,10	-144.083,10
7846	05/08/2015	Excesso de Arrecadação	276.300,00	-



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

7852	06/08/2015	Superávit Financeiro	500.000,00	-
7856	07/08/2015	Superávit Financeiro	8.676,16	-
7863	12/08/2015	Anulação de Despesa	904.000,00	-904.000,00
7865	14/08/2015	Superávit Financeiro	1.097.445,00	-
7868	17/08/2015	Superávit Financeiro	127.466,00	-
7869	17/08/2015	Anulação de Despesa	104.000,00	-104.000,00
7875	20/08/2015	Superávit Financeiro	8.155.413,00	-
7877	25/08/2016	Anulação de Despesa	10.000,00	-10.000,00
7878	25/08/2015	Superávit Financeiro	446.752,29	-
7879	27/08/2015	Superávit Financeiro	125.094,41	-
7880	28/08/2015	Superávit Financeiro	60.548,91	-
7881	28/08/2016	Anulação de Despesa	410.000,00	-410.000,00
7882	28/08/2015	Superávit Financeiro	2.213.619,38	-
7884	31/08/2015	Superávit Financeiro	100.000,00	-
7885	01/09/2015	Superávit Financeiro	1.765.057,03	-
7886	02/09/2015	Anulação de Despesa	14.093,60	-14.093,60
7888	03/09/2015	Superávit Financeiro	93.050,00	-
7889	03/09/2015	Anulação de Despesa	19.536,80	-19.536,80
7890	08/09/2015	Excesso de Arrecadação	2.000.000,00	-
7893	10/09/2015	Excesso de Arrecadação	18.500,00	-
7894	11/09/2015	Anulação de Despesa	559.400,00	-559.400,00
7898	18/09/2015	Anulação de Despesa	104.000,00	-104.000,00
7899	18/09/2015	Superávit Financeiro	6.500,00	-
7901	18/09/2015	Anulação de Despesa	126.000,00	-126.000,00
7902	21/09/2015	Superávit Financeiro	50.000,00	-
7904	22/09/2015	Anulação de Despesa	20.000,00	-20.000,00
7905	22/09/2015	Superávit Financeiro	50.000,00	-
7913	24/09/2015	Excesso de Arrecadação	1.515.000,00	-
7914	24/09/2015	Anulação de Despesa	72.200,00	-72.200,00
7919	25/09/2015	Excesso de Arrecadação	2.335.000,00	-
7920	25/09/2015	Anulação de Despesa	41.100,00	-41.100,00
7924	30/09/2015	Superávit Financeiro	1.070.000,00	-
7930	01/10/2015	Superávit Financeiro	143.240,00	-
7931	08/10/2015	Superávit Financeiro	80.521,00	-
7932	02/10/2015	Anulação de Despesa	40.000,00	-40.000,00
7933	05/10/2015	Anulação de Despesa	5.000,00	-5.000,00
7934	05/10/2015	Superávit Financeiro	47.000,00	-
7936	06/10/2015	Superávit Financeiro	3.750.000,00	-
7939	08/10/2015	Anulação de Despesa	4.000,00	-4.000,00
7940	13/10/2015	Superávit Financeiro	157.593,26	-
7941	13/10/2015	Excesso de Arrecadação	4.212.500,00	-
7942	14/10/2015	Anulação de Despesa	465.336,59	-465.336,59
7943	15/10/2015	Superávit Financeiro	513.513,90	-
7945	19/10/2015	Anulação de Despesa	240.000,00	-240.000,00
7946	19/10/2015	Anulação de Despesa	300.000,00	-300.000,00
7948	22/10/2015	Anulação de Despesa	184.275,20	-184.275,20
7949	23/10/2015	Superávit Financeiro	2.050.000,00	-
7952	26/10/2015	Superávit Financeiro	1.405.000,00	-
7954	30/10/2015	Excesso de Arrecadação	1.000.000,00	-
7957	06/11/2015	Superávit Financeiro	63.100,00	-
7858	06/11/2015	Anulação de Despesa	3.841.100,00	-3.841.100,00
7959	06/11/2015	Anulação de Despesa	1.169.957,89	-1.169.957,89
7960	06/11/2015	Anulação de Despesa	331.500,00	-331.500,00
7961	09/11/2015	Superávit Financeiro	719.800,00	-
7962	10/11/2016	Anulação de Despesa	241.722,00	-241.722,00
7968	12/11/2015	Anulação de Despesa	6.295.755,00	-6.295.755,00
7969	13/11/2015	Anulação de Despesa	16.768,00	-16.768,00
7970	13/11/2015	Superávit Financeiro	10.000,00	-
7971	17/11/2015	Excesso de Arrecadação	75.000,00	-
7975	19/11/2016	Superávit Financeiro	65.000,00	-
7976	19/11/2015	Excesso de Arrecadação	50.000,00	-
7977	19/11/2015	Anulação de Despesa	8.691,64	-8.691,64
7979	23/11/2015	Excesso de Arrecadação	1.930.000,00	-
7982	24/11/2015	Superávit Financeiro	1.016.000,00	-
7983	25/11/2015	Excesso de Arrecadação	851.624,00	-

7984	25/11/2015	Superávit Financeiro	739.829,51	-
7985	25/11/2015	Anulação de Despesa	52.493,42	-52.493,42
7987	26/11/2015	Excesso de Arrecadação	795.000,00	-
7988	26/11/2015	Superávit Financeiro	253.530,00	-
7989	26/11/2015	Anulação de Despesa	6.400,00	-6.400,00
7991	27/11/2015	Superávit Financeiro	10.640.000,00	-
7992	27/11/2015	Anulação de Despesa	322.000,00	-322.000,00
7994	30/11/2015	Anulação de Despesa	395.398,86	-395.398,86
7995	30/11/2015	Excesso de Arrecadação	342.000,00	-
7996	01/12/2015	Anulação de Despesa	5.000,00	-5.000,00
7997	01/12/2016	Anulação de Despesa	5.087.960,00	-5.087.960,00
7998	01/12/2015	Superávit Financeiro	638.900,00	-
7999	02/12/2015	Superávit Financeiro	582.000,00	-
8003	03/12/2015	Anulação de Despesa	13.517.500,00	-13.517.500,00
8004	03/12/2015	Anulação de Despesa	976.000,00	-976.000,00
8005	03/12/2015	Anulação de Despesa	157.794,60	-157.794,60
8006	03/12/2015	Excesso de Arrecadação	5.331,00	-
8007	03/12/2015	Anulação de Despesa	605.752,02	-605.752,02
8015	09/12/2015	Superávit Financeiro	530.000,00	-
8016	14/12/2015	Excesso de Arrecadação	1.000.000,00	-
8020	14/12/2015	Superávit Financeiro	330.000,00	-
8021	15/12/2015	Superávit Financeiro	200.000,00	-
8024	17/12/2015	Superávit Financeiro	958.000,00	-
8025	17/12/2015	Excesso de Arrecadação	310.000,00	-
8026	17/12/2015	Excesso de Arrecadação	936.000,00	-
8028	18/12/2015	Anulação de Despesa	965.500,00	-965.500,00
8029	18/12/2015	Superávit Financeiro	217.200,00	-
8032	22/12/2015	Superávit Financeiro	401.400,00	-
8033	22/12/2015	Superávit Financeiro	1.640.000,00	-
8036	28/12/2015	Excesso de Arrecadação	122.000,00	-
8038	29/12/2015	Superávit Financeiro	4.483.140,00	-
8039	29/12/2015	Excesso de Arrecadação	600.000,00	-
8040	29/12/2015	Anulação de Despesa	36.910,00	-36.910,00
8041	30/12/2015	Superávit Financeiro	20.000,00	-
TOTAL			200.695.333,54	-41.286.890,38
TOTAL LÍQUIDO				159.408.443,16

No Quadro da Execução dos Restos a Pagar apuramos os seguintes saldos a pagar em 31/12/2015:

Quadro 3 – Restos a pagar

RESTOS A PAGAR	
Não Processados	2.881.360,95
Processados e não processados liquidados	1.539.484,33
Total	4.420.845,28

3.2 Balanço Financeiro (Anexo 13)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, conforme abaixo:

- a) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

As receitas e despesas do exercício estão apresentadas pelas fontes/Destinação de recursos, segregados em ordinários e vinculados, sendo que os vinculados estão agrupados por áreas de maiores atuações e volume de recursos que são: Educação, Saúde, RPPS e Seguridade Social, as demais fontes estão aglutinadas na linha “demais destinações de recursos”.

Abaixo apresentamos as receitas orçamentárias detalhadamente conforme a especificação de recursos:

Quadro 4 – Receitas por Fontes de Recursos

Nº	Especificação	R\$
00	Recursos Ordinários	230.987.681,52
01	Receitas e Transferências de Impostos - Educação	62.489.311,27
02	Receitas e Transferências de Impostos – Saúde	66.102.894,33
03	Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS	63.423.356,40
05	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	6.639.234,56
06	Recursos Diretamente Arrecadados pela Adm. Indireta e Fundos	86.278.721,04
07	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	60.990,48
08	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	7.240.299,24
09	FIA Imposto de Renda	79.809,23
10	Convênio de Trânsito - Militar	50.528,87
11	Convênio de Trânsito - Civil	56.071,45
12	Convênio de Trânsito - Prefeitura	22.738.299,46

18	Transferências do FUNDEB	48.606.638,07
19	Transferências do FUNDEB	67.770,05
32	Transferências de Convênios – União/Educação	284.524,57
34	Transferências de Convênios – União/Outros	359.599,70
35	Transferências do SUAS/União	223.692,96
36	Salário-Educação	5.682.317,77
37	Outras Transferências do FNDE	1.349.046,73
38	Transferências do SUS/União	29.702.139,17
39	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	420.522,29
64	Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	40.000,00
65	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	104.399,29
66	Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	111.336,64
67	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2.359.997,97
83	Operações de Crédito Internas - Outros Programas	214.224,25
88	Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	1.075,87
89	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	1.392.865,82
TOTAL		637.067.349,00

As despesas também estão demonstradas conforme a fonte de recurso.

Os saldos de caixa e equivalente de caixa tiveram uma variação positiva de um exercício para outro no valor de R\$ 106.327.939,37, transportando para o exercício seguinte a quantia total de R\$ 506.484.101,64, conforme abaixo:

Quadro 5 – Saldo para o exercício seguinte

	R\$
Caixa e Equivalente de Caixa	258.364.774,12
Investimentos e aplicações temporárias	247.874.316,79
Depósitos restituíveis e valores vinculados	245.010,73
Saldo em espécie para o exercício seguinte	506.484.101,64

Este valor não deve ser confundido com o superávit financeiro apurado no exercício, pois se refere ao saldo de caixa ou valores disponíveis.

Durante o exercício foram inscritos restos a pagar, processados e não processados, na importância de R\$ 58.858.317,07, que deverão ser honrados com os recursos disponíveis em caixa.

As movimentações de transferências financeiras entre as entidades (intra-OFFS), no total geral consolidado foram de R\$ 149.366.121,47.

3.3 Balanço Patrimonial (Anexo 14)

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública:

- a) ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;
- b) passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;
- c) patrimônio líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. As contas do ativo estão dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade enquanto as contas do passivo, estão dispostas em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

O Balanço Patrimonial é composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c) Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

Passamos a destacar os valores conforme a sua ordem no Balanço Patrimonial e sua conversibilidade:

No Balanço consolidado do Município de Balneário Camboriú, por orientação do TCE não foram excluídas as informações INTRA OFFS, porém foram registrados valores, iguais

para o ativo e passivo, na ordem de R\$1.947.363,26, tornando nulas as operações INTRA OFFS na análise do Balanço Patrimonial.

Ativo Circulante

O Ativo Circulante compreende os ativos cuja expectativa de realização seja inferior ao prazo de 12 meses contados a partir da data de elaboração dos demonstrativos contábeis.

3.3.1 O valor em caixa e equivalente de caixa no montante de R\$ 258.364.774,12 representa 46% do total do ativo circulante segregado por entidade de acordo com quadro abaixo:

Quadro 6 – Caixa e Equivalente por Entidade

Entidades	R\$
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	150.993.492,59
Fundação Cultural de Balneário Camboriú	1.792.232,15
Fundação Municipal de Esportes	703.401,35
Fundo Municipal de Assistência à Saúde do Servidor Público	6.748.536,41
Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros de Balneário Camboriú	5.945.882,47
Fundo Municipal de Assistência Social	1.208.355,31
Fundo Municipal de Saúde	24.932.275,40
Fundo Municipal de Trânsito	13.982.203,70
Fundo Municipal de Turismo	3.014.187,06
Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor	1.479.877,49
Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente	465.281,02
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	413.132,13
Fundo Municipal do Bem Estar Social	3.565.756,45
Instituto de Previdência Social dos Servidores do Munic.de Balneário Camboriú	1.088.421,72
Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú	510.654,29
Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú	41.521.084,58
TOTAL	258.364.774,12

3.3.2 Nos créditos tributários a receber estão registrados os valores a receber do RPPS no montante de R\$ 1.871.071,70 sendo o valor de R\$ 1.869.615,19 de operações Intra OFSS, oriundos da apropriação por competências dos encargos sociais.

3.3.3 O Valor de R\$ 7.968.166,16 registrados em clientes advém do registro por competência dos créditos a receber da Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú.

3.3.4 A dívida ativa de curto prazo, segregada em tributária e não tributária soma R\$ 16.318.419,67 e representa o valor estimado de arrecadação para esta categoria de

crédito para os próximos 12 meses. A dívida ativa foi devidamente atualizada e inscrita ao final do exercício e será mais bem especificada na conta de longo prazo.

- 3.3.5 Os “Demais créditos e valores a curto prazo” no valor total de R\$ 27.231.533,05, são constituídos na proporção de 64%, por valores oriundos de “Créditos por danos ao patrimônio” que estão em apuração da responsabilidade junto a Secretaria de Controle Governamental e Transparência Pública, ainda não haviam sido reconhecidos e identificados até o encerramento do balanço. Os demais valores referem-se a adiantamentos concedidos a terceiros por meio de convênios, suprimentos de fundos e valores diversos.
- 3.3.6 O valor de R\$ 247.879.126,79 registrado em investimentos e aplicações temporárias a curto prazo são oriundos das aplicações financeiras específicas do Regime Próprio de Previdência Social.

Ativo não Circulante

O Ativo Não Circulante compreende os ativos cuja expectativa de realização seja superior ao prazo de 12 meses contados a partir da data de elaboração dos demonstrativos contábeis.

- 3.3.7 Os valores de dívida ativa foram movimentados parcialmente pelo regime de competência devido a estruturação do sistema e do setor. Os créditos foram inscritos e atualizados no mês de dezembro de 2015, conforme relatório de inscrição e saldos repassado pelo setor de dívida ativa. Durante o exercício foram registrados os recebimentos por pagamentos e também os cancelamentos e revisão de créditos oriundos de processos abertos administrativamente, de forma específica.

O total dos “Créditos a longo prazo” são composto pelo saldos finais de dívida ativa tributária e não tributária, apurados em 31/12/2015, no montante de R\$ de R\$ 398.368.245,86, e ainda pelo valor redutor de “Ajuste para perdas de créditos”, no montante de R\$ 298.766.494,69, representando o valor de provisão da perda da dívida ativa, calculada de acordo com a média ponderada de recebimentos dos últimos três exercícios. A entidade já registra esse ajuste de perda desde o exercício de 2014 e no exercício atual representa mais de 75% do valor inscritos em dívida ativa a receber.

3.3.8 O Ativo Imobilizado está passando por um levantamento e deverá ter sua avaliação inicial apresentada pela comissão somente no próximo exercício. Para definição do método de depreciação foi publicado o Decreto Municipal nº 7.621/2014, que estabeleceu a tabela com os índices de depreciação e definiu a data de corte como sendo dezembro de 2013. De acordo com o Decreto, a partir de janeiro de 2014 os bens adquiridos já deveriam ser depreciados no ano corrente, tendo isso acontecido durante o exercício de 2015 no montante de R\$ 2.928.515,33. As depreciações dos bens relativos ao exercício de 2015 ainda aguardam manifestações do setor de patrimônio que tem demonstrado certa dificuldade para processar as informações e repassá-las a contabilidade. O valor total do ativo imobilizado é de R\$ 478.298.945,62 e está distribuído conforme abaixo:

Quadro 7 – Composição do Ativo Imobilizado

Ativo Imobilizado	R\$	%
Bens Móveis	92.518.574,96	19,34%
(-) Deprec./Amort./Exaustão cumulada de bens móveis	-2.928.515,33	0,61%
Bens Imóveis	390.225.976,74	81,59%
(-) Deprec./Amort./Exaustão cumulada de bens imóveis	-1.517.090,75	0,32%
Total ativo imobilizado	478.298.945,62	100,00%

Passivo Circulante

3.3.9 O passivo circulante demonstra as obrigações de curto prazo realizáveis no prazo de até 12 meses. De conformidade com o novo formato da demonstração contábil o passivo circulante está demonstrando apenas as despesas já processadas durante o exercício e anteriores que soma a quantia de R\$ 46.548.175,47, detalhados conforme quadro abaixo:

Quadro 8 – Passivo Circulante

Especificação	R\$	%
Obrigações Trabalhistas	25.292.502,06	54,34%
Empréstimos e Financiamentos	881.000,00	1,89%
Fornecedores	16.831.788,17	36,16%
Obrigações Fiscais	535.640,97	1,15%
Demais obrigações	3.007.244,27	6,46%
TOTAL	46.548.175,47	100%

3.3.10 Resumo do quadro 8: durante o exercício a entidade registrou as apropriações de férias, décimo terceiro salário e encargos sobre os mesmos, procurando atender, mesmo que de forma parcial, o princípio da competência quanto a esses registros. No total a pagar de fornecedores também está incluso valores a pagar de precatórios com vencimento no exercício de 2016, no valor de R\$ 7.149.462,17. O valor total do passivo representa valores efetivamente realizados até o encerramento do balanço.

Passivo não Circulante

3.3.11 O passivo não circulante compreende as obrigações exigidas após 12 meses e está composto pelos empréstimos e financiamentos conforme especificado abaixo:

Quadro 9 – Passivo Não Circulante

Composição	R\$
Contrato União – Refinanciamento BMC	2.924.957,66
CEF Contrato 242.614-22	5.435.633,86
CEF Contrato 293.582-13	1.179.655,55
CEF Contrato 347.116-22	960.217,75
CEF Contrato 347.114-03	1.860.737,39
TOTAL	12.361.202,21

Saldo Patrimonial

3.3.12 Corresponde ao saldo patrimonial acumulado das atividades do Município, apurado no exercício e em exercícios anteriores no valor de R\$ 806.158.030,77.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

3.3.13 O quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes apresenta os elementos dos dois grupos de acordo com a Lei nº 4.320/1964, que confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, evidenciando dessa forma a dependência ou não de autorização legislativa

ou orçamentária para realização dos itens que o compõem. Neste quadro podemos apurar também o real valor do resultado financeiro, que é a diferença entre o ativo e passivo financeiro. No encerramento do exercício de 2015 foi verificado um resultado superavitário, de forma consolidado, englobando todas as entidades do município, no valor de R\$ 440.890.967,65.

Demonstrativo Superávit/Déficit do exercício

3.3.14 O quadro de apuração do Superávit/Déficit Financeiro, demonstrado logo abaixo do quadro das compensações, especificados os saldos finais do superávit apurado no exercício conforme a fonte de recurso, se ordinários ou vinculados. Conforme já mencionado o superávit financeiro apurado no exercício foi de R\$ 440.890.867,65.

3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

A análise do desempenho da administração pública mostra que o município gerou um resultado patrimonial positivo de R\$ 172.097.576,49, apurado pela diferença entre as variações quantitativas, aumentativas e diminutivas verificadas no exercício.

Entre as variações constam ainda as variações qualitativas demonstradas conforme quadro a seguir:

Quadro 10 – Variações Qualitativas	
Composição	R\$
Incorporação de ativos	58.873.402,47
Desincorporação de passivos	7.554.909,66
Incorporação de passivos	-214.224,25
Desincorporação de ativos	-15.189.163,16
Variação Líquida	12.361.202,21



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Contribuiu para o resultado positivo apurado no exercício o controle dos gastos públicos e esforço para o aumento da arrecadação, além da busca constante da municipalidade para o atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal no que tange ao equilíbrio fiscal.

Balneário Camboriú, 31 de dezembro de 2015.

GUSTAVO MANOEL ESPÍNDOLA
CONTADOR CRC/SC-031226/O-0